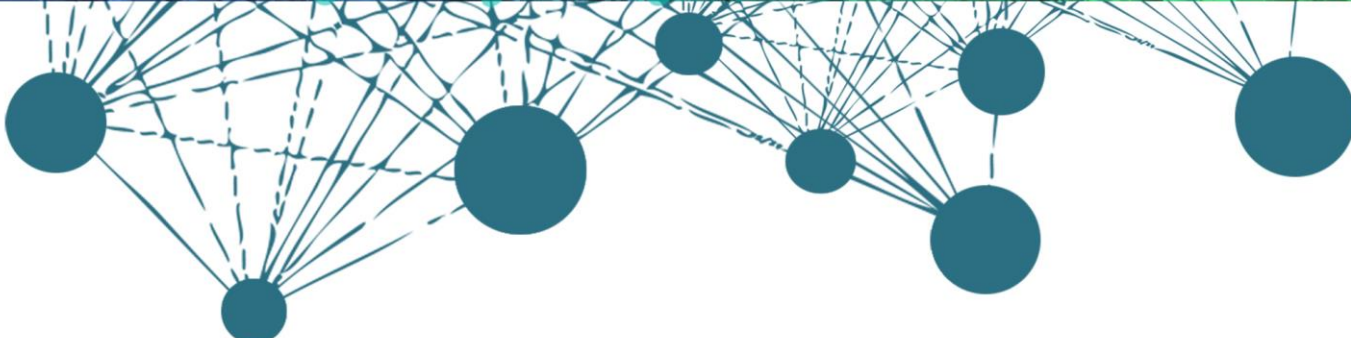




XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



Desenvolvimento social e criminalidade: uma análise intra-urbana do fenômeno em Curitiba

Social development and crime: an intra-urban analysis of the phenomenon in Curitiba

***Mônica Máximo da Silva**, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, monsilva@ippuc.org.br*

***Luiza Alberti Torrens**, Universidade Federal do Paraná, luizatorrens@gmail.com*

***Maria Clara Iura Schafaschek**, Universidade Federal do Paraná, iuramariaclara@gmail.com*

***Vinicius Luigi Miozzo**, Universidade Federal do Paraná, miozzow@gmail.com*

Resumo

O presente artigo propõe-se a investigar a pertinência das teorias acerca da relação entre desenvolvimento social e segurança pública. Os dados aqui apresentados são resultado do trabalho conduzido em 2015 e 2016 pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), no que cabe ao monitoramento das políticas públicas urbanas. Partindo do atual panorama nacional dos sistemas de monitoramento de segurança, que em sua maioria se concentram exclusivamente sobre as taxas de criminalidade, defende-se a inclusão de novos elementos em tais análises, que permitam a investigação das possíveis causas que estejam motivando os delitos. Ainda, pretende-se colaborar com a evolução dos estudos sobre violência urbana, bem como com as instâncias administrativas responsáveis pelo direcionamento das políticas públicas. A análise, quantitativa e distributiva, fundamenta-se no cruzamento de indicadores de desenvolvimento social com taxas de criminalidade, no âmbito intra-urbano da cidade de Curitiba, Paraná.

Palavras Chave: Segurança pública; Desenvolvimento Social; Políticas Públicas; Monitoramento; Curitiba.

Abstract

This paper investigates the relevance of theories about the correlation between social development and public security. The data presented here derive from a research conducted by the Institute of Research and Urban Planning of Curitiba (IPPUC) from 2015 to 2016, within the monitoring of public policies. Stemming from the current overview on national security monitoring systems, which usually focus exclusively on crime rates, we argue for inserting new components in these analyses, allowing the quest for the reasons which may be causing criminal offenses. In addition, the research seek to collaborate with studies on urban violence, as well as with administrative authorities who are responsible for driving public policies. The quantitative and distributive analysis is based on the intersection between social development and crime rates indexes, within the intra-urban scope of Curitiba City, in Paraná, Brazil.

Keywords: Public security; Social Development; Public Policies; Monitoring; Curitiba.

INTRODUÇÃO

De acordo com informações de 2014 divulgadas pelo 9º Anuário de Segurança Pública, o Brasil convivia, naquele ano, com cerca de 59 mil mortes violentas intencionais, 48 mil estupros e 500 mil carros furtados ou roubados. Se consideradas todas as mortes violentas, a taxa no país chega a 28 mortes por 100 mil habitantes, um resultado quase três vezes superior ao considerado tolerável pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Nas palavras de Lima e Bueno (2015, p. 8), “a violência faz parte do cotidiano brasileiro”.

Conforme apontado pela OMS e pelo o Ministério da Saúde (MS) brasileiro, a violência é um fenômeno multicausal, de múltiplas manifestações (Oliveira *et al*, 2011). No caso do Brasil, Maricato (2000, p. 162) reconhece aspectos de ordem macroeconômica e a base socioeconômica historicamente excludente como possíveis causas do que a autora denomina de “a escalada da violência”. Segundo Maricato (2003), essas questões teriam impacto especialmente no final do século XX, com a reestruturação produtiva internacional e a manifestação, no território, da desigualdade vivenciada nas relações sociais.

Com efeito, é exatamente nesse período que Lira (2016) identifica uma tendência de aumento nas taxas de criminalidade no Brasil. De acordo com Maricato (2014), as últimas décadas do século XX foram caracterizadas pela globalização, pelo neoliberalismo e pela crise econômica, tendo como consequência a ausência de investimentos significativos em políticas públicas, como habitação e saneamento, e o aumento vertiginoso de favelas. Com pesar, as consequências sociais da crise econômica foram devastadoras, impactando de sobremaneira as classes mais pobres e agravando a já desigual distribuição de renda (Caldeira, 2000). Mesmo diante da esperança na transformação política, decorrente do fim da ditadura e da expansão dos direitos e da cidadania política (Caldeira,

2000), os avanços conquistados desde então não lograram mudar significativamente o rumo injusto e ambientalmente predatório da realidade urbana (Maricato, 2014).

No âmbito macroeconômico, Maricato (2000) pontua que a nova fase do capitalismo, marcada pela flexibilização e a mundialização da economia, tem como efeito a intensificação das desigualdades regionais, entre cidades e no espaço intra-urbano. É o que Arantes (2000, p. 70) caracteriza como a economia da concentração espacial “exigida precisamente pelo comando das cadeias produtivas mundiais”. Essa desigualdade, no entanto, não está expressa somente na concentração de investimentos em áreas centrais – com a consequente negligência de regiões carentes (Arantes, 2000), mas também na proximidade espacial entre grupos heterogêneos que, contraditoriamente, estão cada vez mais separados socialmente (Caldeira, 2000). Assim, seja através do que Arantes (2000) denomina “gentrificação estratégica”, seja pela criação de barreiras físicas e simbólicas (Caldeira, 2000), acentua-se a desigualdade socioespacial, que se torna mais explícita e agressiva.

No que se refere à base socioeconômica excludente, adicional aos aspectos retrógrados¹ mantidos desde o início formação da sociedade brasileira (Maricato, 2014), ganha peso a disseminação da intolerância, proporcionada pelo mesmo processo de segregação e discriminação mencionado anteriormente. Como situação, tem-se que a segurança pública é vista exclusivamente sob a ótica repressiva – quadro fortalecido pela manutenção de infraestrutura e práticas calcadas no passado (Lima et al, 2016). Assim, abstém-se a sociedade de sua responsabilidade pela “preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (Brasil, 1988), e reduz-se a segurança pública a um problema de polícia (Lira, 2016).

A crítica a esse reducionismo também é compartilhada por Lima e Bueno (2015, p. 8), que lembram que a falta de enfrentamento a questões-chaves torna o país suscetível a “discursos de ódio” e à “falta de informações que possam dar racionalidade ao debate público”. De fato, se analisadas as informações da pesquisa encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015), é possível verificar que metade dos entrevistados concorda com a frase “bandido bom é bandido morto”. Na percepção de Lima e Bueno (2015), esse entendimento faz parte de um cenário de disputa pela legitimidade do matar, algo que Caldeira (2000) alerta como um possível abuso das instituições de ordem e uma contestação dos direitos e da cidadania, que além de contribuir para a segregação, tem impactos sobre a própria violência.

De forma mais holística, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2016, p. 7) contrapõe a visão reducionista da segurança pública, alegando que “o direito à cidade implica necessariamente no reconhecimento da segurança como um direito em si, cuja responsabilidade não depende apenas dos sistemas de polícia e justiça”. Se, conforme enuncia Lira (2016), as cidades são o palco da criminalidade violenta, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2016) pondera que nelas encontra-se também o potencial de “criação de processos capazes de produzir respostas eficientes na redução da violência e, especialmente, em sua prevenção” (Fórum Brasileiro De Segurança Pública, 2016). Por certo, se considerado o que institui a Constituição Federal quando às atribuições das instâncias governamentais, ver-se-á que ao município cabe a atuação na prevenção ao crime e a cooperação com os demais entes federados no enfrentamento à criminalidade.

¹Alguns dos aspectos retrógrados elencados por Maricato (2014) são: a herança escravocrata, o patriarcalismo e a condição inferiorizada da mulher, o patrimonialismo e a privatização da esfera pública, o personalismo e a rejeição às relações impessoais e profissionais, o clientelismo e a universalização da política de favor, a tradição autoritária e a negação à cidadania.

O presente artigo é resultado do trabalho desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), no que cabe ao monitoramento das políticas públicas urbanas. Os dados apresentados fazem parte de uma análise quantitativa e distributiva, que tem como prerrogativa o cruzamento de indicadores de desenvolvimento social às taxas de criminalidade e o seu rebatimento sobre os compartimentos intra-urbanos. Parte-se do cenário em que, apesar do quadro de violência urbana, boa parte dos sistemas de monitoramento estão focados unicamente sobre as taxas de criminalidade, sem maiores verificações acerca das possíveis causas que concluem com o delito. Objetiva-se assim uma melhor compreensão do fenômeno e a verificação da pertinência das teorias acerca da relação entre desenvolvimento social e segurança. Ainda, pretende-se colaborar com a evolução dos estudos sobre violência urbana, bem como com as instâncias administrativas responsáveis pelo direcionamento das políticas públicas.

METODOLOGIA

A escolha do método foi pautada no objetivo do trabalho de relacionar indicadores de desenvolvimento social a taxas de criminalidade, na perspectiva de clarificar as características do fenômeno. Para tanto, optou-se pela elaboração de um Índice de Desenvolvimento Social (IDC), composto por indicadores relacionados a rendimento, educação, emprego e vulnerabilidade social. No que diz respeito à segurança, entretanto, optou-se pela análise individual das variáveis, para que o seu cruzamento permita identificar as especificidades de cada tipo criminal.

A seleção das variáveis, por sua vez, foi permeada pelo referencial teórico consultado e pela percepção de especialistas que atuam diretamente em ações relacionadas ao desenvolvimento social e à segurança pública². Assim, além da consideração do que concluem estudiosos e pesquisadores acerca do impacto de aspectos sociais na criminalidade, optou-se também pela inclusão da visão prática de técnicos e demais profissionais da área. Enquanto a consideração do referencial teórico nos possibilita contextualizar Curitiba diante do quadro nacional ou global desse fenômeno, a visão prática permite enriquecer o estudo e verificar em que medida uma análise quantitativa e distributiva corrobora ou difere do perceptivo.

As informações referentes ao desenvolvimento social provêm do Censo Demográfico³, do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil⁴ e da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba. Já as taxas de criminalidade têm como fonte a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná. O desmembramento das informações por compartimentos intra-urbanos, no entanto, encontrou nas distintas fontes diferentes recortes territoriais⁵. Assim, decidiu-se pelo rebatimento de todas as informações para o menor recorte territorial – setor censitário – e o posterior agrupamento destas pelo compartimento pelo qual as informações de criminalidade são disponibilizadas: bairros. O agrupamento das informações, por sua vez, requereu a consideração do

² A consideração da visão desses especialistas deu-se a partir de reuniões conduzidas pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba e comparecidas por representantes de órgãos públicos com práticas relacionadas ao tema, tais como Secretaria Municipal de Defesa Social, Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, entre outros.

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁴ Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento, Fundação João Pinheiro e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

⁵ Setor censitário, unidade de desenvolvimento humano e bairro.

peso de cada setor censitário sobre o montante do bairro, sendo utilizado, para isso, o número de domicílios ou de habitantes – dependendo da variável considerada.

Por fim, cabe descrever o método utilizado para a elaboração dos índices de desenvolvimento social e de criminalidade. Dada a diversidade de grandeza entre as variáveis utilizadas⁶, mostrou-se necessário efetuar primeiramente a normalização linear dos valores. Tal procedimento estatístico permite equiparar conjuntos de dados de diferente amplitude, trazendo os valores de uma distribuição qualquer para o mesmo intervalo numérico. A fórmula através da qual efetua-se a normalização linear é definida a seguir (Figura 1), onde insere-se o valor investigado, o melhor valor dentro do universo considerado (limiar máximo) e o pior valor dentro do mesmo universo (limiar mínimo). Objetivando reduzir possíveis distorções decorrentes de amostragens com grande dispersão de dados, adotou-se o critério lógico estatístico (Sliwiany, 1997), que para a definição dos limiares mínimo e máximo emprega a média aritmética entre os 20% dos melhor e piores dados do conjunto.

$$A' = \frac{A - Min}{Max - Min}$$

Na Equação (3.1), temos:

- A' = valor normalizado;
- A = valor original;
- Min = valor mínimo do atributo a ser normalizado;
- Max = valor máximo do atributo a ser normalizado;

Figura 1: Equação para normalização linear dos valores

Fonte: Goldschmidt, Bezerra e Passos (2015)

Efetuada a normalização linear das variáveis, para chegar ao Índice de Desenvolvimento Social de cada compartimento territorial, seguiu-se com a média aritmética simples entre os valores encontrados. A partir da territorialização do desempenho dos indicadores sociais, classificado em baixo, médio e alto, foi possível então verificar a distribuição dos resultados das políticas públicas para, por fim, contrapor essas informações ao desempenho dos compartimentos quanto às taxas de criminalidade. Como produto da adoção do método aqui descrito, a correspondência das informações foi apresentada através da representação visual – mapas e gráficos – e através de uma análise quantitativa, realizada a partir dos resultados numéricos do cruzamento proposto.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados será dividida em três momentos: i) análise quantitativa e distributiva do Índice de Desenvolvimento Social, bem como das variáveis que o compõem; ii) análise quantitativa e distributiva dos índices de criminalidade; e iii) análise da relação entre a condição de desenvolvimento social e as taxas de criminalidade.

⁶No caso do Índice de Desenvolvimento Social foram utilizados: diversidade de renda, escolaridade da população adulta, frequência de crianças e jovens à escola, população desocupada, gravidez na adolescência, menor responsável pelo domicílio, mulher responsável pelo domicílio e com baixo rendimento e trabalho infantil. Já para os índices de criminalidade, foram considerados, em separado, crimes contra a pessoa, contra o jovem e contra o patrimônio.

ANÁLISE QUANTITATIVA E DISTRIBUTIVA DAS VARIÁVEIS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

No que concerne ao Índice de Desenvolvimento Social (IDS), a distribuição espacial do desempenho das oito variáveis consideradas (Figura 2) permite verificar um resultado relativamente semelhante, com um considerável destaque da porção central em relação ao restante do município. Se o desempenho do bairro centro não apresenta um resultado estável para todas as variáveis, o mesmo não pode ser alegado para os bairros do seu entorno, que apresentam na maioria dos casos um resultado que varia entre as duas classificações superiores (61 a 80 e 81 a 100). Esse fenômeno se estende, em geral, a Nordeste e Sudoeste dessa região, sendo por vezes possível notar também uma evidência de outros bairros localizados ao Norte.

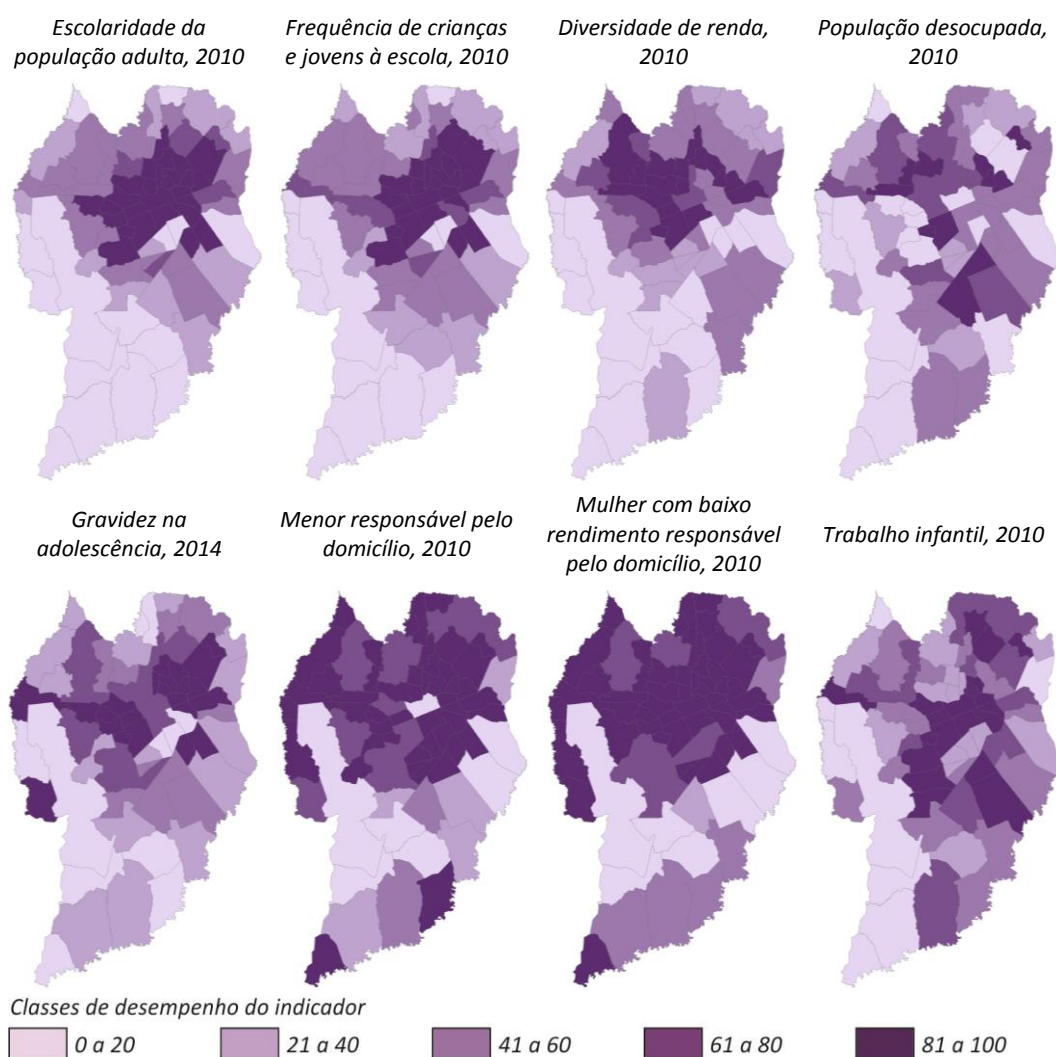


Figura 2: Distribuição espacial do desempenho das variáveis componentes do Índice de Desenvolvimento Social

Fonte: IBGE (2010); PNUD, FJP e IPEA (2013); SMS (2014). Elaboração: Os autores (2016)

Nota: Para o indicador diversidade de renda, foi computada a diferença entre o índice de gini do compartimento e o índice de gini municipal. Partiu-se do entendimento de que, em havendo desigualdade no município, o ideal é que essa desigualdade esteja distribuída pelo território e não que sejam conformados

compartimentos que concentrem pobreza ou riqueza. Para tanto, foi considerado com um melhor desempenho as UDHs que possuem seu índice de gini mais próximo do apresentado pelo município.

No extremo oposto, tem-se certa constância dos bairros localizados ao Sul e à Oeste, havendo poucos exemplos de exceção ao desempenho classificado nas duas piores categorias (0 a 20 e 21 a 40). A respeito dessa constatação, é possível verificar a sua amplitude também para bairros localizados a Sudeste do município, em casos específicos como o de indicadores relacionados à vulnerabilidade social – mulheres com baixo rendimento e menores chefes de família.

Essas conclusões, entretanto, não estão imunes a exceções, apontando certa complexidade na análise do fenômeno, que não pode ser reduzido unicamente à contraposição centro-periferia. Da mesma forma que é visível a extensão das condições de alto desempenho da porção central em direção a Nordeste e Sudoeste, nota-se um recorte territorial formado por três bairros e localizado a Sudeste dessa região, que em raras situações atingem um desempenho superior à classificação mediana. Outro compartimento merecedor de um maior aprofundamento é o bairro centro, que apesar de cultivar um bom desempenho para a maioria dos indicadores, quando se trata de menores responsáveis pelo domicílio e de desocupação da população, seu resultado enquadra-se na pior categoria (0 a 20).

O contraste de desempenho de alguns compartimentos em relação ao seu entorno não se restringe à porção central. A análise distributiva de variáveis como trabalho infantil, gravidez na adolescência e mulheres com baixo rendimento e menores responsáveis pelo domicílio permite destacar alguns bairros periféricos, localizados em regiões predominantemente com um baixo desempenho desses indicadores. Situação diferenciada também para a distribuição espacial dos resultados do indicador que monitora a taxa de desocupação da população, que contraria a tendência geral de diferenciação da região central em relação a bairros periféricos. É possível observar, no entanto, que os compartimentos que repetem um baixo desempenho nas demais variáveis, sustentam esse resultado no caso desse indicador.

O agrupamento das oito variáveis para a composição do Índice de Desenvolvimento Social e a sua distribuição espacial (Figura 3) reforça a diferenciação da região central em relação às margens do município, especialmente no que diz respeito à porção localizada ao Sul e à Oeste. Algumas das exceções de compartimentos que contrariam a tendência do seu entorno também podem ser identificadas a partir da análise visual do mapa resultante. Adicional a essa análise distributiva, uma análise quantitativa (Tabela 1) permite aprofundar a compreensão do fenômeno.

| DESEMPENHO IDS | Nº DE BAIROS | % | Nº DE DOMICÍLIOS | % | ÁREA (ha) | % |
|----------------|--------------|------|------------------|------|-----------|------|
| ALTO | 37 | 49% | 189.535 | 33% | 11.353 | 26% |
| MÉDIO | 27 | 36% | 199.410 | 35% | 16.562 | 38% |
| BAIXO | 11 | 15% | 186.954 | 32% | 15.584 | 35% |
| TOTAL | 75 | 100% | 575.899 | 100% | 43.500 | 100% |

Tabela 1: Faixas de desempenho do Índice de Desenvolvimento Social e sua representatividade em bairros, domicílios e área

Fonte: IBGE (2010); PNUD, FJP e IPEA (2013); SMS (2014). Elaboração: Os autores (2016)

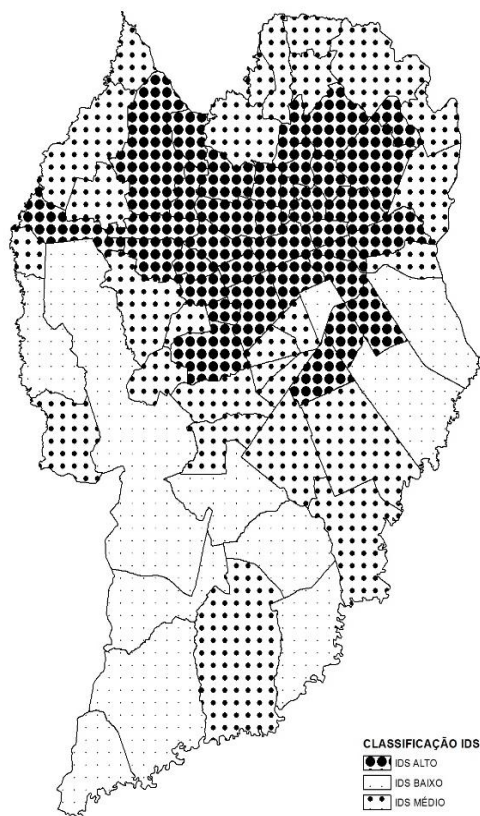


Figura 3: Mapa com o Índice de Desenvolvimento Social classificado em três categorias (alto, médio e baixo)

Fonte: IBGE (2010); PNUD, FJP e IPEA (2013); SMS (2014). Elaboração: Os autores (2016)

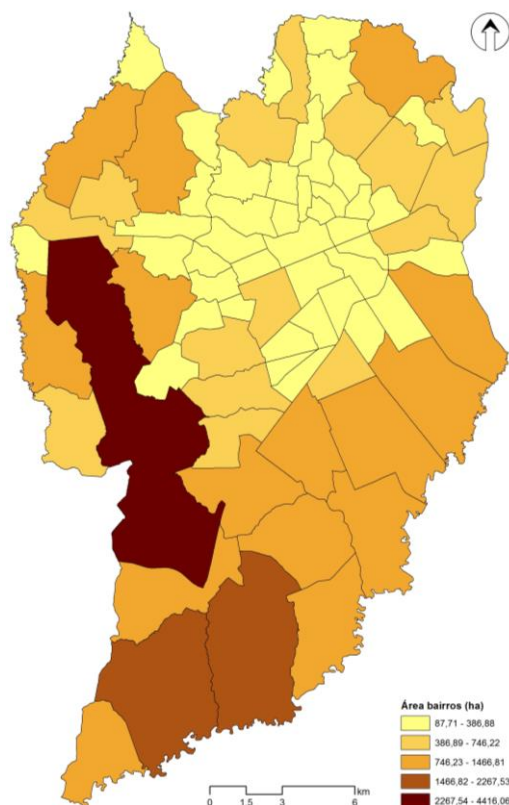


Figura 4: Mapa com a área total dos bairros (ha) espacializada em cinco intervalos (Jenks)

Fonte: IPPUC (2010) e IBGE (2010). Elaboração: Os autores (2016).

Dentre os 75 bairros que compõem o município de Curitiba, 37 apresentaram um alto Índice de Desenvolvimento Social, 27 tiveram um desempenho mediano e 11 um baixo desempenho. A representatividade em termos de domicílios e área, entretanto, é superior para os bairros enquadrados como IDS médio. No que diz respeito aos compartimentos classificados como IDS baixo, apesar de sua representatividade não ser a superior em nenhuma das categorias, ela aumenta de forma significativa quando considerado o número de domicílios e a área – o oposto do que ocorre com aqueles com desenvolvimento social alto.

Significa dizer que apesar da representatividade numérica dos bairros com um alto Índice de Desenvolvimento Social ser elevada, uma maior quantidade de domicílios e cobertura territorial estão enquadrados como desempenho baixo e mediano. Se considerarmos que os bairros de menores dimensões estão localizados na região central e os maiores bairros localizam-se na periferia (Figura 4), a análise quantitativa permite chegar às mesmas conclusões que a análise distributiva: no que diz respeito às condições de desenvolvimento social, em Curitiba há uma clara diferenciação da porção central – de alto desempenho, com um visível prejuízo da região periférica e localizada ao Sul e à Oeste no município.

ANÁLISE QUANTITATIVA E DISTRIBUTIVA DOS ÍNDICES DE CRIMINALIDADE

Para a análise do desempenho das taxas de criminalidade em Curitiba, foram selecionados indicadores com grandes correlações com aspectos sociais, conforme apreendido dos referenciais teóricos utilizados e da prática de técnicos e profissionais da área. Os indicadores escolhidos foram: i) crimes contra a pessoa; ii) crimes contra o jovem (15 a 29 anos); e iii) crimes contra o patrimônio. Os resultados quantitativos e distributivos desses crimes serão delineados separadamente, na sequência.

Em 2014, Curitiba registrou um total de 569 crimes contra a pessoa, o que resulta em uma taxa de 30,52 homicídios por 100 mil habitantes. A análise da distribuição territorial do número absoluto de ocorrências (figura 5), entretanto, aponta para uma concentração espacial em bairros periféricos, localizados ao Sul, Sudeste e Sudoeste. Como contraponto, tem-se que apenas 20% dos bairros, localizados principalmente na região central e Norte, não registraram ocorrências de crime contra a pessoa nesse ano.

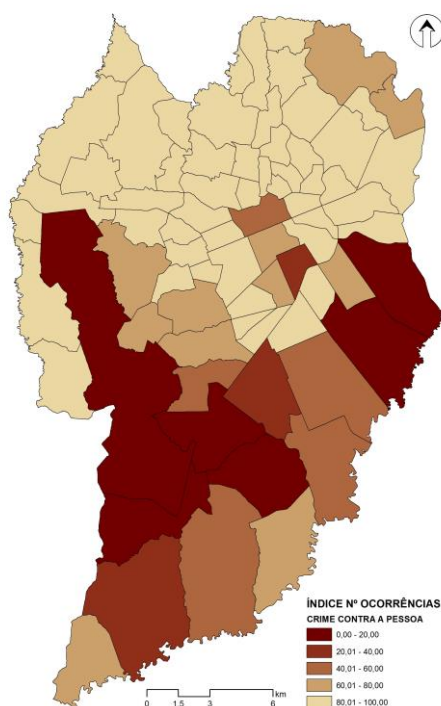


Figura 5: Mapa com o Índice de Ocorrências de Crimes Contra a Pessoa classificado em cinco categorias iguais (0 a 20, 21 a 40, 41 a 60, 61 a 80 e 81 a 100)

Fonte: SESP (2014). Elaboração: Os autores (2016)

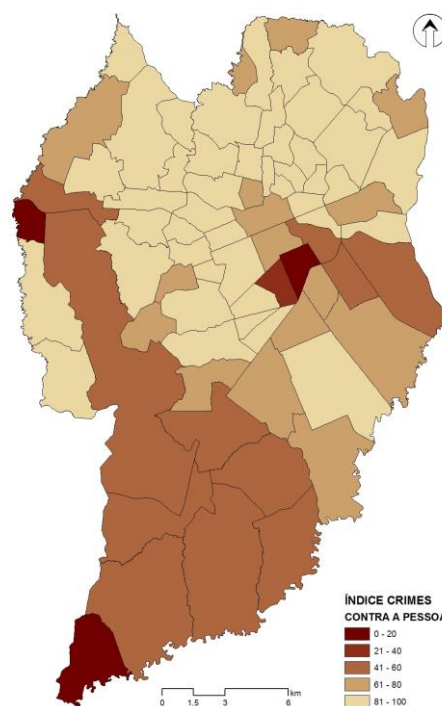


Figura 6: Mapa com Índice da Taxa de Ocorrências de Crimes Contra a Pessoa classificado em cinco categorias iguais (0 a 20, 21 a 40, 41 a 60, 61 a 80 e 81 a 100)

Fonte: SESP (2014) e IBGE (2014). Elaboração: Os autores (2016)

A análise da distribuição das taxas de homicídios por 100 mil habitantes (figura 6) suaviza essa distribuição, destacando, porém, três bairros de diferentes localizações. Conclui-se, a partir da comparação entre os dois mapas resultantes, que apesar de alguns bairros figurarem entre os mais inseguros em termos de números absolutos de homicídios, o número de habitantes desses

compartimentos ameniza esse desempenho. Contudo, é visível a manutenção da diferenciação da região central e Norte, quando comparada àquela localizada ao Sul.

Além das constatações acima expostas, destaca-se que à semelhança do que ocorre com alguns indicadores de desenvolvimento social, uma simples contraposição entre centro e periferia não é suficiente para explicar o fenômeno. Apesar da distribuição diferenciada dos homicídios no território municipal, é possível verificar compartimentos destacados pela alta e média criminalidade em uma área de relativa contiguidade espacial de baixas taxas de crimes contra a pessoa.

No que diz respeito ao crime contra o jovem, em 2013 foram registradas 297 ocorrências, o equivalente a uma taxa de 60,62 homicídios por 100 habitantes na faixa etária considerada. Ao observar a espacialização de tais ocorrências (Figura 7), nota-se que as regiões Sul, Sudeste e Sudoeste destacam-se novamente, apontando que a situação de violência dessa região também se aplica quando a vítima é o jovem.

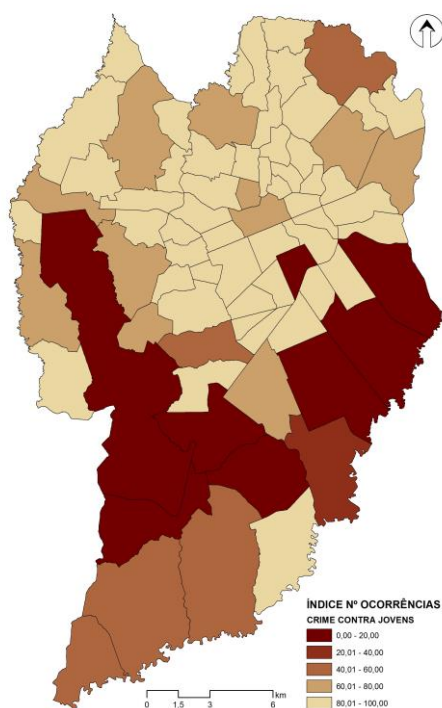


Figura 7: Mapa com o Índice de Ocorrências de Crimes Contra Jovens classificado em cinco categorias iguais (0 a 20, 21 a 40, 41 a 60, 61 a 80 e 81 a 100)

Fonte: SESP (2013). Elaboração: Os autores (2016)

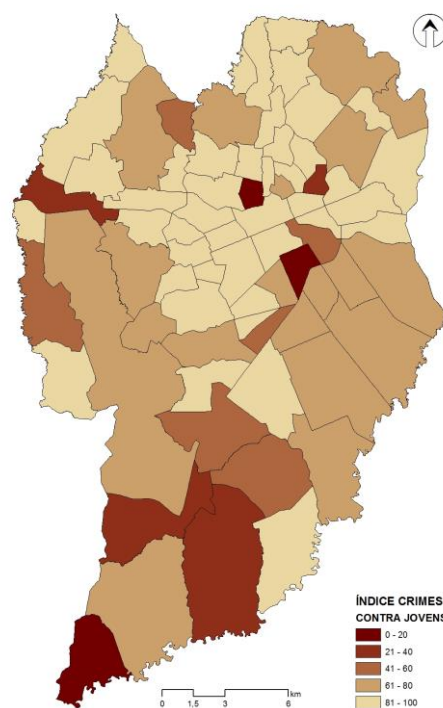


Figura 8: Mapa com o Índice da Taxa de Crimes Contra Jovens classificado em cinco categorias iguais (0 a 20, 21 a 40, 41 a 60, 61 a 80 e 81 a 100)

Fonte: SESP (2013), IBGE (2010 e 2013) e IPPUC (2016). Elaboração: Os autores (2016)

Também similar ao que ocorre com os crimes contra a pessoa, a transformação do número absoluto de ocorrências em taxa (Figura 8) ameniza o desempenho de bairros mais populosos. Por outro lado, são destacados bairros que, apesar da baixa relevância em termos absolutos, apresentam um número de homicídios bastante elevado para a sua população. Mais uma vez, ficam em evidência três bairros pelo seu baixo desempenho (0 a 20) e nota-se um pior resultado da região localizada ao

Sul, ainda que, em relação aos crimes contra a pessoa, haja uma maior dispersão dos bairros com as piores taxas.

De maior representatividade numérica, o crime contra o patrimônio atingiu 74.741 ocorrências em 2014, resultando em uma taxa de 4.009 por 100 mil habitantes. Conforme pode ser extraído da distribuição espacial dessas ocorrências (Figura 9) há uma concentração desse tipo criminal em bairros localizados na porção central, Sudeste e Sudoeste.

A proeminência da região central fica ainda mais evidente quando analisada a distribuição das taxas de crimes contra o patrimônio por 100 mil habitantes (Figura 10). Dentre os oito bairros com a pior classificação de desempenho (0 a 20), sete são representados pelo centro e bairros adjacentes. Já os bairros mais periféricos, localizados a Sudeste e à Sudoeste, perdem relevância quando o indicador é relativizado pela população.

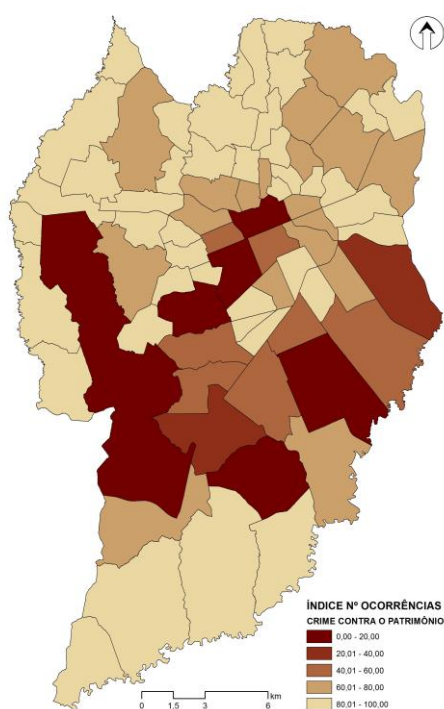


Figura 9: Mapa com o Índice de Ocorrências de Crimes Contra o Patrimônio classificado em cinco categorias iguais (0 a 20, 21 a 40, 41 a 60, 61 a 80 e 81 a 100)

Fonte: SESP (2014). Elaboração: Os autores (2016)

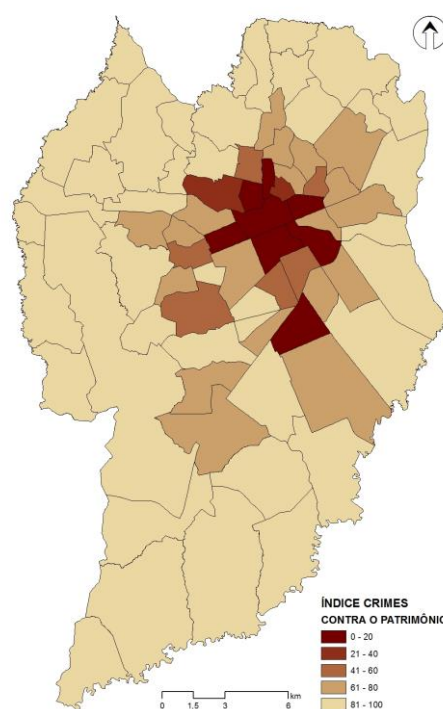


Figura 10: Mapa com Índice da Taxa de Crimes Contra o Patrimônio classificado em cinco categorias iguais (0 a 20, 21 a 40, 41 a 60, 61 a 80 e 81 a 100)

Fonte: SESP (2014) e IBGE (2014). Elaboração: Os autores (2016)

No que se refere ao desempenho da criminalidade em Curitiba, a distribuição espacial das três variáveis consideradas permite verificar distinções relativas à localização do registro das ocorrências. Enquanto os crimes contra a pessoa e o jovem concentram-se, em sua maioria, em bairros periféricos, especialmente aqueles localizados na região Sul, Sudeste e Sudoeste, os crimes contra o patrimônio assumem uma distribuição diferenciada, assumindo representatividade na porção central do município.

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A CONDIÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AS TAXAS DE CRIMINALIDADE

Com base na argumentação teórica apresentada, e ainda no intuito de contribuir com o possível esclarecimento das causas dos eventos criminais que permeiam o cotidiano das metrópoles brasileiras, propõe-se o cruzamento entre os desempenhos atingidos pelos bairros em desenvolvimento social e criminalidade (representada em taxa). A análise da correspondência entre as características quantitativas e a distribuição espacial das variáveis parte da hipótese de que melhores condições de desenvolvimento social seriam proporcionais a melhores desempenhos de indicadores de criminalidade, e vice-versa.

No tocante às taxas de crimes contra a pessoa, é possível identificar uma correspondência com o desempenho da variável social para a maioria dos bairros (Gráfico 1). Via de tendência, é possível observar que bairros com um desempenho alto e mediano de desenvolvimento social apresentam taxas de homicídio baixas. Em contrapartida, na medida em que o desempenho das variáveis sociais diminui, piores são os resultados de crimes contra a pessoa.

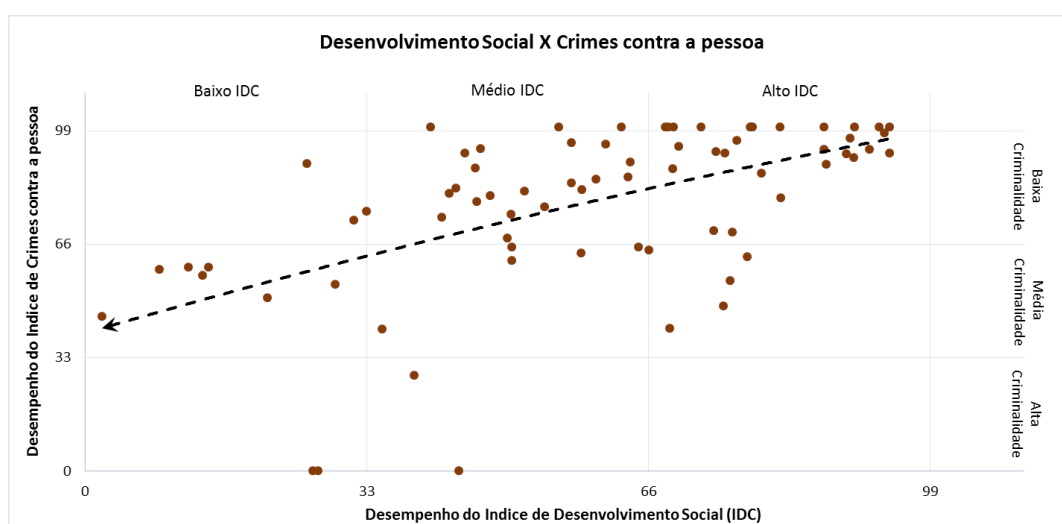


Gráfico 1: Diagrama de dispersão representação a relação entre o Índice de Desenvolvimento Social (IDC) e o índice da taxa de crimes contra a pessoa.

Fonte: IBGE (2010 e 2014); PNUD, FJP e IPEA (2013); SMS (2014); SESP (2014). Elaboração: Os autores (2016)

Complementar a essa análise quantitativa, a visualização da sobreposição do desempenho da variável social sobre o índice de crimes contra a pessoa (Figura 11) permite aprofundar o conhecimento do fenômeno. Dentre os bairros que se classificam com alto desempenho em desenvolvimento social, 84% apresentam simultaneamente ótimos índices de criminalidade e apenas 16% têm resultados medianos; não há ocorrência de baixo desempenho do indicador criminal. No extremo oposto, os bairros com os piores índices de desenvolvimento social dividem-se em criminalidade alta (18%), mediana (64%) e baixa (18%).

Essa menor correspondência no caso dos compartimentos de baixo IDS deve-se à alta concentração espacial das maiores taxas de homicídio (apenas 5% dos bairros) e a casos de exceções à hipótese aqui em verificação. Esse fato, entretanto, não é suficiente para alegar que o evento ocorre de maneira isolada. Na situação dos bairros mais centrais que apresentam alto desempenho social e baixo desempenho criminal, há variáveis sociais isoladas que também apontam para um

desempenho desfavorável do compartimento. Já nos casos em que o baixo desempenho criminal acompanha um Índice de Desenvolvimento Social mediano, os bairros são limítrofes a outros com desenvolvimento social baixo, e seu entorno se estende em manchas contíguas de índice de criminalidade mediano.

A respeito da distribuição espacial, o cruzamento das informações corrobora com a conclusão extraída da análise individual das variáveis, ou seja, de que há uma diferenciação da região central em relação à porção localizada a Sul e a Sudeste do município, com um visível prejuízo desse segundo território.

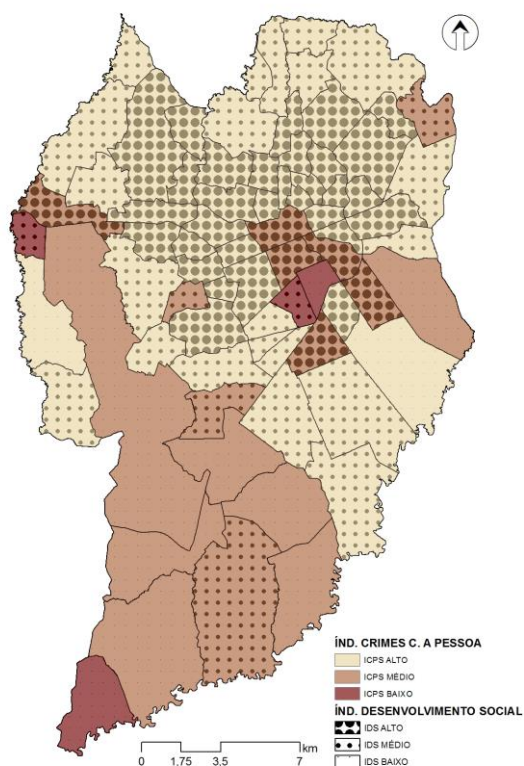


Figura 11: Mapa de sobreposição do índice de desenvolvimento social sobre o índice da taxa crimes contra a pessoa, classificados em três categorias (alto, médio e baixo)

Fonte: IBGE (2010 e 2014); PNUD, FJP e IPEA (2013); SMS (2014); SESP (2014). Elaboração: Os autores (2016)

No caso dos crimes contra os jovens, dois aspectos merecem destaque. O primeiro, à semelhança do que ocorre com o crime contra a pessoa, é a recorrente tendência de que um compartimento com pior desempenho de desenvolvimento social acaba por resultar também em uma pior classificação no índice de crimes contra os jovens (Gráfico 2). O outro decorre da análise da distribuição espacial desses crimes (Figura 12), que também em similaridade com o que ocorre com o indicador anterior, reside na identificação da região Sudoeste da cidade como um vetor de resultados negativos no que cabe à criminalidade.

Diferentemente dos homicídios sem o recorte etário, no caso dos crimes contra o jovem é possível visualizar uma maior dispersão espacial, que se traduz numa curva de tendência com maior inclinação e no aparecimento de compartimentos que apresentam um alto desempenho social concomitante com altas taxas de criminalidade. Esses contrastes, entretanto, não impactam na invalidação da hipótese, visto que os melhores desempenhos de crimes contra jovens continuam representando a maioria dos bairros com alto desempenho social (84%). Também os bairros com baixo desempenho social sofrem poucas alterações em relação à correspondência entre as variáveis.

Já com relação àqueles com desempenho mediano na mesma variável, o melhor desempenho em crimes aumenta sua representatividade, chegando a 85%.

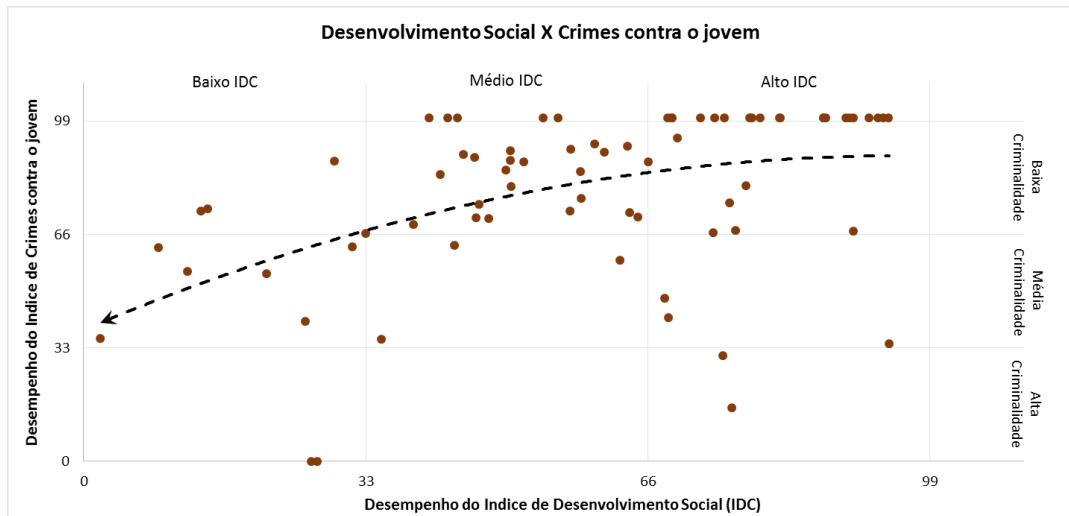


Gráfico 2: Diagrama de dispersão representando a relação entre o Índice de Desenvolvimento Social (IDC) e o índice da taxa de crimes contra o jovem.

Fonte: IBGE (2010 e 2013); PNUD, FJP e IPEA (2013); SMS (2014); SESP (2013); IPPUC (2016). Elaboração: Os autores (2016)

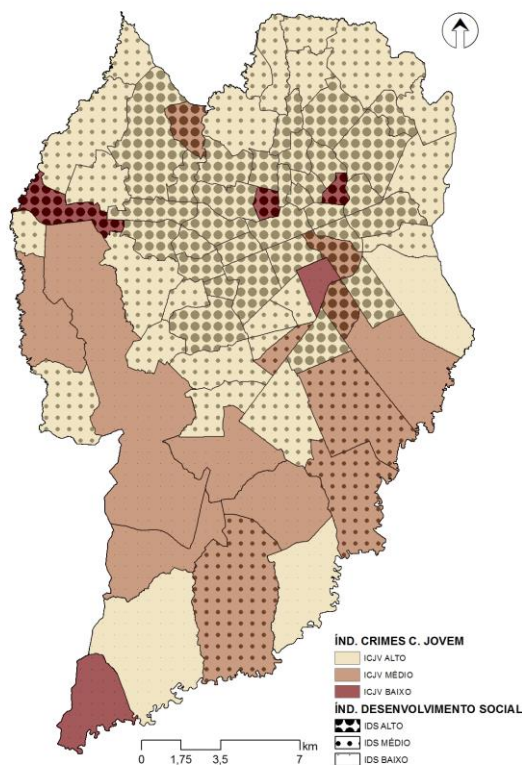


Figura 12: Mapa de sobreposição do índice de desenvolvimento social sobre o índice da taxa crimes contra o jovem, classificados em três categorias (alto, médio e baixo)

Fonte: IBGE (2010 e 2013); PNUD, FJP e IPEA (2013); SMS (2014); SESP (2013). Elaboração: Os autores (2016)

Contrariamente aos cruzamentos anteriores, a correspondência entre o Índice de Desenvolvimento Social e de crimes contra o patrimônio (Gráfico 3) apresenta-se de maneira inversamente

proporcional. A começar pela análise da linha de tendência, é possível verificar que quanto mais elevado o desempenho da variável social, maior a taxa de ocorrência de crimes contra o patrimônio.

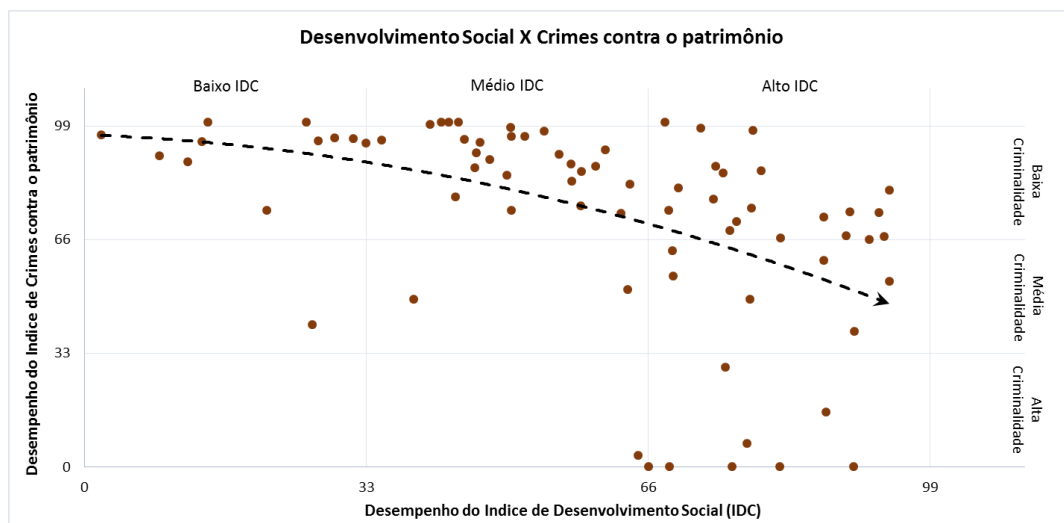


Gráfico 3: Diagrama de dispersão representando a relação entre o Índice de Desenvolvimento Social (IDC) e o índice de crimes contra o patrimônio.

Fonte: IBGE (2010 e 2014); PNUD, FJP e IPEA (2013); SMS (2014); SESP (2014). Elaboração: Os autores (2016)

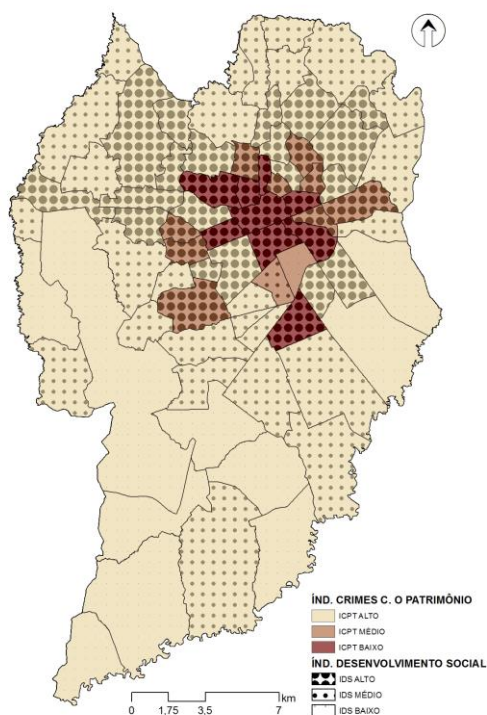


Figura 13: Mapa de sobreposição do índice de desenvolvimento social sobre o índice da taxa crimes contra o patrimônio, classificados em três categorias (alto, médio e baixo)

Fonte: IBGE (2010 e 2014); PNUD, FJP e IPEA (2013); SMS (2014); SESP (2014). Elaboração: Os autores (2016)

Complementar à análise do gráfico acima, a análise da sobreposição espacial do desempenho da variável social aos índices de crimes contra o patrimônio (Figura 13) deixa clara que a espacialização desse cruzamento não acompanha a tendência dos apresentados anteriormente, dada a concentração desse tipo criminal na região central do município, que sustenta ótimos indicadores

de desenvolvimento social. De forma geral, tem-se que a maioria dos bairros com as piores taxas de crimes contra o patrimônio são contemplados com um alto desempenho do Índice de Desenvolvimento Social (94%). No outro lado, 91% dos bairros com os piores desempenhos na variável social apresentam baixas taxas de crimes envolvendo o patrimônio.

CONCLUSÃO

As cidades brasileiras, em especial aquelas localizadas em áreas metropolitanas, têm convivido cotidianamente com níveis elevados de violência urbana. Esse quadro vem se agravando nas últimas décadas, paralelamente às mudanças macroeconômicas e à manifestação das desigualdades sociais no espaço. Buscando colaborar para uma leitura multicausal da problemática que assola as condições de segurança e partindo do entendimento que a prevenção do crime - e não o combate - é atribuição do município, o presente texto abordou as possíveis relações existentes entre indicadores de desenvolvimento social e taxas de criminalidade.

As análises das combinações entre essas variáveis, tendo sido feitas separadamente para cada tipologia criminal, possibilitaram o entendimento das especificidades que acompanham tais eventos. Foi possível atestar que em Curitiba a parcela da sociedade exposta a condições sociais menos privilegiadas é realmente a que se encontra mais vulnerável aos crimes contra a pessoa - que tem o jovem como recorte etário. Entretanto, o mesmo pressuposto não se valida ao analisar os crimes contra o patrimônio, que se apresentaram com maior frequência nas regiões com melhores índices de desenvolvimento social. O resultado indicou que a somatória de oportunidades e a qualidade de vida às quais tem acesso a população habitante de um ambiente socialmente saudável propicia a oportunidade ou a condição para que crimes de âmbitos patrimoniais ocorram.

Considera-se que os resultados alcançados contribuem para o avanço das discussões acerca dos padrões espaciais de distribuição das variáveis. Reconhece-se, entretanto, a limitação do presente estudo, visto que restringe a análise da correspondência entre condições sociais e criminalidade ao que ocorreu na capital paranaense em um período específico de tempo. Para uma compreensão mais ampliada do fenômeno, assume-se como necessário uma análise comparativa entre cidades brasileiras, como uma possível forma de validar os padrões observados, chegando-se assim ao panorama que rege o cenário nacional.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: AREANTES, O. VAINER, C. MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 11-74.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 31 out. 2016
- CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.
- CURITIBA. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC. Prefeitura Municipal de Curitiba (Org.). **Mapa de arruamento de Curitiba**. Disponível em:
<<http://ippuc.org.br/geodownloads/geo.htm>>. Acesso em: 05 ago. 2015.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Apresentação. In: **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 10, n. 2, p. 6-10, ago/set 2016.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015**. São Paulo: FBSP, 2015.
- GOLDSCHMIDT, R.; BEZERRA, E.; PASSOS, E. **Data Mining**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2015.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra/resultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtm>. Acesso em: 05 jun. 2016.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa Populacional**. 2014. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_dou.shtm>. Acesso em: 24 maio 2016
- LIMA, R. S. BUENO, S. Introdução. In: **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015**. São Paulo: FBSP, 2015.
- LIMA, R. S. BUENO, S. MINGARDI, G. Estado, polícias e segurança pública no Brasil. In: **Revista Direito GV**, v. 12, n. 1, p. 48-85, jan/abr 2016.
- LIRA, P. Direito à segurança pública no Brasil: avanços e desafios na perspectiva da segurança cidadã. **Le monde diplomatique Brasil**, São Paulo, série especial – o direito à cidade em tempos de crise, set. 2016. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/acervo.php?id=3256>>. Acesso em 31 out. 2016.
- MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil. In: AREANTES, O. VAINER, C. MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 121-192.
- MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. In: **Estudos avançados**, v. 17, n. 48, maio/agosto, 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103_40142003000200013>. Acesso em 06 nov 2016.

OLIVEIRA, C. C. ALMEIDA, M. A. S. MORITA, I. Violência e saúde: concepções de profissionais de uma unidade básica de saúde. In: **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 35, n. 3, p. 212-420, jul/set 2011.

SESP - Secretaria Estadual de Segurança Pública (Comp.). Governo do Estado do Paraná. **Dados Institucionais de criminalidade contra jovens**. 2013. Informações fornecidas em: jul. 2015.

SESP - Secretaria Estadual de Segurança Pública (Comp.). Governo do Estado do Paraná. **Dados Institucionais de criminalidade contra a pessoa e contra o patrimônio**. 2014. Informações fornecidas em: jul. 2015.

PNUD - Programa das Nações Unidas Para O Desenvolvimento; IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; PINHEIRO - Fundação João Pinheiro (Org.). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**: o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM. Brasília: Pnud, 2013. Disponível em:

<http://atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao_atlas_municipal.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2016.

SMS - Secretaria Municipal de Saúde. **Dados Institucionais de gravidez na adolescência**. 2014. Informações fornecidas em: ago. 2015.